

<b>Título do capítulo</b>	CAPÍTULO 5 – FUNDAMENTOS E APLICAÇÕES DE UMA TIPOLOGIA DE CLASSES PARA O BRASIL
<b>Autor</b>	José Alcides Figueiredo Santos
<b>DOI</b>	<a href="http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-064-6/capitulo5">http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-064-6/capitulo5</a>
<b>Título do livro</b>	DINÂMICA ECONÔMICA, MUDANÇAS SOCIAIS E NOVAS PAUTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS
<b>Organizadores</b>	João Cláudio Basso Pompeu André Rego Viana Luís Carlos Garcia de Magalhães Ana Paula Vasconcelos Gonçalves
<b>Volume</b>	-
<b>Série</b>	-
<b>Cidade</b>	Brasília
<b>Editora</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
<b>Ano</b>	2023
<b>Edição</b>	-
<b>ISBN</b>	978-65-5635-064-6
<b>DOI</b>	<a href="http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-064-6">http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-064-6</a>

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2023

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesso: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## FUNDAMENTOS E APLICAÇÕES DE UMA TIPOLOGIA DE CLASSES PARA O BRASIL<sup>1</sup>

José Alcides Figueiredo Santos<sup>2</sup>

### 1 INTRODUÇÃO

A noção de classe na teoria sociológica relaciona-se particularmente com o entendimento dos sistemas de desigualdade econômica. No sentido mais geral, classe social diz respeito à existência de grandes agrupamentos de pessoas que estão em uma posição comum em termos de recursos e oportunidades econômicas. Distinguem-se três grandes conjuntos de modelos causais de classe, entendidos como esquemas explicativos cujos efeitos podem ser testáveis pelo uso de levantamentos de dados (Grusky e Weeden, 2005, p. 26-27). Existem os modelos baseados no emprego ou na estrutura do emprego. A noção de emprego focaliza a atividade empreendida e sua relação com as demais atividades dentro da organização social do trabalho de modo a caracterizar a existência de estrutura do emprego. Um emprego corresponde a um conjunto de direitos e obrigações, enfeixados em papéis ou posições, que conectam em transações de trabalho um agente aos outros membros da mesma organização. As transações de trabalho envolvem transferências de informações e/ou de resultados em que o esforço de ao menos uma parte acrescenta valor ao elemento transferido (Tilly e Tilly, 1998, p. 25 e 73). Os empregos possuem características específicas (requisitos de treinamento, mensurabilidade de resultados, dependência, autonomia etc.) e determinada localização, em termos técnicos e sociais, em uma estrutura interdependente de empregos cujas propriedades emergentes são relativamente autônomas das pessoas que ocupam essas posições (Granovetter, 1981; Sørensen e Kalleberg, 1981). Os modelos de emprego assumem um formato univariável ao diferenciar as classes, por exemplo, em termos apenas de relações de autoridade, de acordo com o critério unidimensional de “participação ou exclusão do exercício de autoridade dentro de qualquer associação imperativamente

---

1. Essa tipologia de classes, com formulação, desenho e operacionalização do autor, foi ajustada às especificidades da estrutura social do país e tem sido aplicada em vários estudos sobre desigualdades de renda, saúde e mobilidade social (Figueiredo Santos, 2005a). A parte geral e de fundamentação teórico-conceitual e de mensuração da tipologia de classes se baseia amplamente em um trabalho que teve difusão mais limitada e, em menor grau, em um artigo publicado em revista internacional (Figueiredo Santos, 2010; 2013). A parte de elaboração dos dados e de análise empírica foi feita especialmente para este trabalho.

2. Professor titular (aposentado) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); professor convidado do Centro de Pesquisas Sociais da UFJF; e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF. E-mail: josealcidesf@yahoo.com.br.

coordenada” (Dahrendorf, 1959<sup>3</sup> *apud* Wright, 1979, p. 13). Uma opção multivariável se expressa nos estudos de Erik Wright que consideram, na categorização de classe, a propriedade de ativos de capital, o controle de ativos de qualificação e o exercício de autoridade na organização social do trabalho.<sup>4</sup>

Os modelos baseados em ocupação podem definir a existência de grandes agregados ou então de microclasses ocupacionais. A unidade ocupacional envolve similaridades de tarefas técnicas, competências e obrigações e, em termos estritos, desconsidera a natureza da relação de emprego em que a ocupação está inserida. Esses modelos podem diferenciar os grupos de modo categórico, bidimensional ou unidimensional. Na ótica de grandes classes, a espinha dorsal, ou estrutura do sistema de recompensas, é representada como uma hierarquia de amplos grupos ocupacionais (Parkin, 1975, p. 19). A abordagem categórica de microclasses direciona-se para a identificação de fronteiras ou jurisdições sociais ao nível desagregado no sítio da produção (Grusky e Galescu, 2005, p. 67). A solução unidimensional enfatiza a construção de um indicador unitário que capte “a graduação social e econômica da estrutura ocupacional” (Hauser e Waren, 1997, p. 183). Cria-se um índice que pondera as características socioeconômicas associadas às ocupações – em geral, educação e renda. Devido às inconsistências geradas por índices compostos de *status* ocupacional, estes foram considerados como “cientificamente obsoletos” por destacados pesquisadores na área de estratificação social (*op. cit.*, p. 251). Entretanto, o *status ocupacional* (ISEI), desenvolvido por Ganzeboom, De Graaf e Treiman (1992), em particular, continua sendo bastante usado, especialmente em estudos comparativos internacionais. Uma alternativa bidimensional pode ser identificada na obra de Pierre Bourdieu que trata as ocupações como expressões da composição e do montante dos capitais econômicos e culturais controlados. Por fim, existem os modelos de insumo (*input*) ou resultado (*output*), que desconsideram a existência de uma estrutura ocupacional ou de emprego e focalizam diretamente a formação de classes educacionais (*input*) ou a aquisição de um montante de renda ou riqueza (*output*).

As noções de classe predominantes na sociologia contemporânea podem ser entendidas, comparadas e eventualmente combinadas, conforme proposta de Erik Wright, com base no fato de ressaltarem diferentes tipos de mecanismos ou conexões causais de manutenção da desigualdade na sociedade. A abordagem de *status* socioeconômico pensa classe a partir do modo como um vetor individual de dotações, capacidades e experiências herdadas e adquiridas impacta a trajetória de vida e na realização socioeconômica das pessoas. Na tradição weberiana o conceito de classe está centrado no modo como formas de fechamento social, ou reserva de

3. Dahrendorf, R. *Class and class conflict in industrial society*. Stanford: Stanford University Press, 1959.

4. Erik Wright articula as três variáveis, no âmbito da noção unificadora de relações de propriedade, entendidas como assimetrias de direitos e poderes sobre ativos produtivos.

oportunidades, oferecem vantagens de acesso, oportunidades e recompensas, implicando particularmente a existência de características inscritas em posições ocupadas, fronteiras, barreiras, isolamento da competição externa e prerrogativas excludentes. Classe social na tradição marxista diria respeito aos modos como grupos e indivíduos exercem o controle da atividade de trabalho dos atores (dominação) e se beneficiam dos resultados do trabalho coordenado (exploração). Nesse sentido, envolvem interdependências assimétricas entre as categorias na organização social do trabalho e na apropriação dos fluxos de valor acrescentado pela atividade coletiva de trabalho (Wright, 2008; 2009).

Existe uma interconexão entre processos materiais e culturais de reprodução de classe na realidade concreta. Entretanto, analiticamente, essas dimensões devem ser tratadas separadamente (Crompton, 2008, p. 112-113). A criação de uma espécie de “conceito ampliado” de classe social, com fusão nas relações de propriedade das dimensões culturais, simbólicas, de redes sociais, misturaria mecanismos sociais que operam de diferentes maneiras e com diferentes implicações. Uma abordagem desse tipo gera um híbrido conceitual que poderia estimular a descrição densa, integral, das novas complexidades, porém em prejuízo da explicação das “múltiplas determinações” que operam nas sociedades contemporâneas. Além disso, as medidas múltiplas de distinções sociais baseadas em padrões de consumo, no estilo de Bourdieu, tendem a ser instáveis e custosas, comprometendo a sua adequação para comparações temporais. Os esquemas baseados no emprego têm se mostrado relativamente robustos, particularmente no que diz respeito à investigação empírica de relevantes resultados sociais. Embora os contornos e o conteúdo da estrutura do emprego tenham mudado e estejam mudando, as recompensas diferenciadas e desiguais das posições relativas dentro dela têm permanecido comparativamente estáveis (Crompton, 2010, p. 14 e 22).

O trabalho almeja identificar uma estrutura social de divisões na distribuição de recursos decorrentes das relações de propriedade e emprego que demarcam capacidades estruturadas para ação e geram chances de vida características (Scott, 2002, p. 27). Acolhe-se a ideia fundamental da análise de classe de que essa divisão social gera consequências sistemáticas e relevantes sobre a vida dos indivíduos e a dinâmica das instituições. Os efeitos das relações de classe no âmbito da vida dos indivíduos são sintetizados por proposições específicas as quais consideram que aquilo que a pessoa tem determina o que ela obtém e condiciona o que ela necessita fazer para conseguir o que obtém (Wright, 2005). Dado que o capitalismo representa não apenas um sistema social de produção, mas também um sistema de distribuição, uma análise de classe mais ampla não deve perder de vista a desigualdade que “se espalha do mundo do trabalho, rendimentos de emprego e lucros de mercado para afetar o meio de vida de todos – aqueles fora deste mundo, nas suas margens, assim como dentro dele” (Westergaard, 1995, p. 32).

## 2 FUNDAMENTAÇÃO, DELINEAMENTO E MENSURAÇÃO DO ESQUEMA DE CLASSES

Classe social representa um tipo específico de divisão social baseada em relações de propriedade e divisão social do trabalho. Uma lógica estrutural na noção de classe concebe a existência de circunstâncias predeterminadas cujos ordenamentos combinam e estruturam de modo característico recursos, condições da atividade e recompensas adquiridas que envolvem o que a pessoa tem (ativos), o que faz com o que tem (atividade) e o que obtém (bem-estar), de acordo com Grusky e Kanbur (2006) e Wright (2005). As pessoas em diferentes posições de classe parecem viver em diferentes mundos econômicos, não somente em termos de bem-estar material, mas também no que diz respeito a um amplo conjunto de riscos e oportunidades econômicas que elas encontram (Goldthorpe e McKnight, 2006, p. 129).

As abordagens de classe baseadas no controle de ativos especificam os tipos de recursos e as relações sociais correspondentes que constituiriam as divisões de classe. Nesse sentido, as classes são representadas como princípios de divisão, categorias ou posições no mundo social que afetam o poder social e as chances de vida dos seus ocupantes. A desigualdade de classe é socialmente padronizada, possuindo, portanto, forte componente conectado às dimensões institucionais e relacionais da estrutura social. O trabalho expõe a noção teórica de classe baseada na propriedade e no comando sobre ativos produtores de valor; o esquema de classe aplicado ao Brasil; e os argumentos que justificam as categorias delineadas.<sup>5</sup>

As classes emergem como divisões constituídas pela desigualdade de direitos e poderes sobre recursos produtores de valor que geram vantagens e desvantagens entre categorias baseadas em desempenho, exclusão, controle de atividade e apropriação de valor gerado. Essa solução interpretativa se beneficia das contribuições contemporâneas de Erik Wright e Charles Tilly (Tilly, 1998; 2005; Wright, 1997; 2005; 2008). A noção de classe social mostra mais consistência, sem perda de maleabilidade, ao basear-se no controle de ativos ou recursos produtores de valor, os quais são recursos cujo emprego na atividade de trabalho permite aumentar o valor transferível de bens e serviços.<sup>6</sup>

A teoria de Erik Wright fornece a orientação geral para o desenho das demarcações de classe na estrutura social do Brasil. A noção de classe é concebida e mensurada em termos de relações de propriedade, ou seja, direitos e poderes exercidos ou solapados

---

5. Note que este trabalho não pretende apresentar todos os detalhes das soluções operacionais adotadas para mensurar as categorias de classe. Além disso, não se reproduzem aqui as sintaxes criadas para processar a tipologia e suas versões em um programa estatístico para bases de dados oficiais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

6. Os recursos geram benefícios para os controladores e os receptores ao serem capazes de produzir valor adicional em combinação com outros recursos e/ou trabalho coordenado. O trabalho corresponde ao esforço humano que acrescenta valor a bens e serviços, o que pode ser, ao menos a princípio, transferível para outros (Tilly e Tilly, 1998, p. 22-23; Tilly, 2005, p. 234).

sobre ativos valiosos e geradores de valor. Entretanto, a tipologia de classes construída para o Brasil procura refletir as especificidades da estrutura social do país e, nesse sentido, diferencia-se da solução preconizada para os países desenvolvidos, em particular na representação da base social da nação. Além disso, em termos de estratégia de composição do mapa de classes, ao partir das dimensões de propriedade, qualificação escassa e relação com autoridade, o esquema original de Erik Wright estabelece para cada dimensão, por opção metodológica, uma mensuração em três níveis (“tricotomiza” cada dicotomia teórica em situação dominante, contraditória e subordinada) e, além disso, entre os assalariados cruza as dimensões de autoridade e qualificação escassa (Figueiredo Santos, 1998). A estratégia adotada no esquema de classe para o Brasil, além de evitar artificialidade combinatória, valoriza a construção de agrupamentos conceitualmente unívocos, ou ancorados em critério dominante, que não sejam ambíguos ou combinem dimensões conceituais díspares, porém sem comprometer a capacidade de representar a diversidade de como os processos de destituição de ativos valiosos podem operar na base da estrutura social de um país como o Brasil.

A abordagem de classe social baseada na noção de desigualdade de direitos e poderes sobre ativos produtores de valor mostra-se adequada para lidar com a heterogeneidade da estrutura socioeconômica de países como o Brasil. Ela oferece solução unificadora capaz de pensar a diversidade de circunstâncias e relações que afetam o poder social e as chances de vida das pessoas: i) as fontes de privilégios e suas variações; ii) as situações intermediárias e ambíguas; iii) a classe trabalhadora típica; e iv) os processos de destituição e suas diferenciações (Figueiredo Santos, 2005a; 2010). Além disso, propicia ganhos de consistência e validade ao processo de transição do domínio conceitual para o plano da mensuração empírica. Especificar e mensurar o controle de ativos se torna um procedimento mais confiável do que captar diferenças nas formas de regulação da relação de emprego ou de contratação de trabalho, como proposto no esquema de classe de John Goldthorpe (2000).

A construção de uma categorização de classe social, para manter a coerência teórica e o potencial analítico, não deve ser contaminada pelo uso de critérios distintos de classe social. Nesse sentido, o conceito de classe social deve ser mantido analiticamente diferenciado de fatores como educação e renda, de modo a relacionar, no processo de análise, a classe com o nível educacional (*input* para o trabalho) e com a renda (*output* do trabalho), assim como relacionar esses três fatores com outros resultados, a exemplo da distribuição da saúde (Rose e Harrison, 2010, p. 7). O nível educacional e a renda estão associados à atividade de trabalho, porém de diferentes maneiras, e são analiticamente distintos de emprego, ocupação ou classe social. Renda, bens acumulados e educação podem ser incorporados à análise tanto como variáveis com efeitos independentes diferenciados, que captam distinções dentro das categorias de classe ou não devidamente mensuradas por essas categorias, quanto como elos antecedentes, intervenientes e/ou coadjuvantes na cadeia causal dos efeitos de classe

social na população. Toda a tipologia deve ser criada a partir da desagregação interna e do aprofundamento da diferenciação da *posição na ocupação* (termo usado pelo IBGE) ou do *status* do emprego de empregado, conta própria e empregador, que expressam, ainda num plano genérico, as demarcações de classe na estrutura do emprego. Embora dimensões relevantes de classe não possam ser adequadamente captadas ao nível do emprego individual, reportado em levantamentos domiciliares, as relações e as condições de emprego são, para a maioria das pessoas, fatores fundamentais para a estruturação das desigualdades de poder social e de oportunidades de vida. Dado o caráter limitante da informação puramente ocupacional, surge daí a necessidade de adotar critérios adicionais para captar a presença de diferentes tipos de ativos. Ademais, mesmo quando o pesquisador depender fortemente de dados relativos aos grupos ocupacionais, ainda assim poderá procurar nas informações ocupacionais os indícios de controle de ativos, assim como as características das situações de trabalho e de mercado, em vez de apenas as distinções funcionais e técnicas.

### 2.1 Topo social de posições de classe privilegiadas

A classificação de classe na sociedade capitalista contemporânea elaborada por Erik Wright considera a propriedade de ativos de capital, o controle de ativos de qualificação e a relação com o exercício de autoridade dentro da organização do trabalho. O esquema incorpora os critérios de divisão de classe entre proprietários e não proprietários, bem como no interior das categorias de proprietários (contratar ou não trabalho) e de empregados (exercer ou não autoridade e possuir ou não qualificações escassas) (Wright, 1997). As relações de propriedade capitalista, devido a sua importância na estruturação do sistema econômico, ficam claramente demarcadas quando se trata de definir as posições de classe mais privilegiadas. Na classificação original os *capitalistas* são mensurados basicamente pelo *status* do emprego (empregador) e pelo número de empregados no empreendimento. Dados disponíveis na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Anual até 2015 permitem categorizar como capitalistas os empregadores com onze empregados ou mais. Para a realização de análises mais elaboradas, essa diferenciação pode ser exequível basicamente em amostras grandes, já que envolve no país uma proporção bem pequena de casos (em torno de 0,5%).<sup>7</sup> A PNAD Contínua, ademais, estabeleceu a faixa de 51 ou mais empregados como recorte superior, o que permitiria

7. A depender do tamanho da amostra e do desenho da investigação, colocam-se três alternativas. Em uma primeira opção, os empregadores podem ser divididos entre: aqueles que empregam seis ou mais empregados – maior; e os que possuem cinco ou menos empregados – menor (Figueiredo Santos, 2011b). Em uma segunda alternativa, caberia combinar a categoria de capitalista com a de especialista autônomo, sob o argumento de que os dois grupos, além de comandarem o próprio empreendimento, concentram em suas mãos as maiores vantagens materiais e de saúde no Brasil (Figueiredo Santos, 2011c). Em uma terceira alternativa, a especificação da categoria geral de “empregador”, como opção substituta, tem o benefício de compartilhar uma parte do componente causal específico dessa classe, ou seja, a parte genérica do mecanismo gerador de efeitos, em um contexto no qual as vantagens do pequeno empregador no Brasil aproximam a categoria do topo social privilegiado (tabela 1; Figueiredo Santos, 2015a; 2015b). Essa ampliação da dimensão de propriedade revelou, em estudo de mobilidade social, desvantagem de origem de classe ainda maior para quem vem da base em ter acesso no destino ao topo social (Figueiredo Santos, 2019b).

redefinir ou experimentar critério diverso de mensuração de capitalista. Na tabela 1 estão todas as categorias e seu agrupamento por afinidade de classe.

**TABELA 1**  
**Distribuição das categorias de classe e renda mensal habitual do trabalho principal – Brasil (2014 e 2019)<sup>1</sup>**

Posições de classe	Conjunto (%)	2014 (%)	Conjunto (%)	2019 (%)	Renda (R\$) <sup>2</sup>
Capitalista e fazendeiro		0,58		0,52	10.861
Especialista autônomo		1,20		1,52	5.102
Gerente	Posições privilegiadas (12,0)	2,62	Posições privilegiadas (12,9)	2,50	5.920
Empregado especialista		4,90		4,73	5.686
Pequeno empregador		2,72		3,60	4.756
Autônomo com ativos	Ativos de menor valor (9,1) <sup>3</sup>	6,57	Ativos de menor valor (11,3) <sup>3</sup>	8,01	1.865
Autônomo agrícola		2,48		3,34	1.128
Empregado qualificado		6,87		6,64	2.707
Supervisor	Trabalhador “não destituído” (41,4)	1,14	Trabalhador “não destituído” (36,4)	0,45	2.890
Trabalhador típico		33,39		29,75	1.725
Trabalhador elementar		8,17		7,88	1.086
Autônomo precário		8,51		9,08	1.183
Empregado doméstico		6,15		5,76	921
Agrícola precário	Destituídos de ativos (37,5)	1,50	Destituídos de ativos (39,4) <sup>4</sup>	–	–
Trabalhador de subsistência		4,18		4,92	–
Trabalhador excedente		9,02		11,74	–
<b>Total</b>		<b>100,00</b>		<b>100,00</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da PNAD Anual 2014 e PNAD Contínua 2019 (quinta visita).  
Elaboração do autor.

Notas: <sup>1</sup> A PNAD Contínua usa a nova Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares (COD), do IBGE, não equivalente à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) Domiciliar da PNAD Tradicional. Os códigos ocupacionais da COD (V4010) indicados para diferenciar todos os empregados e, por equivalência, os autônomos especialistas e qualificados foram publicados no anexo do artigo mais recente sobre desigualdade de saúde (Figueiredo Santos, 2020b). Na PNAD Contínua a diferenciação entre capitalista/pequeno empregador pode ser feita com a variável V4016. A diferenciação entre autônomo com ativos/autônomo precário pode ser feita com as variáveis V4020 e V4022. Não existem variáveis na PNAD Contínua que permitem diferenciar o agrícola precário. A COD subestima fortemente a categoria de supervisor. Para efeito de comparação com a PNAD Tradicional do período de 2002 a 2015 ou anterior, seria necessário avaliar a estratégia para medir a classe de forma consistente entre duas classificações (Mitnik e Cumberworth, 2021).

<sup>2</sup> Em R\$ corrente de 2019.

<sup>3</sup> Não estão computados os não remunerados incorporados ao empreendimento.

<sup>4</sup> A PNAD Contínua não permite diferenciar o agrícola precário.

O controle de ativos de capital comporta diferenciações em termos de escala e modalidade de divisão do trabalho. O *pequeno empregador* típico representaria um detentor de ativos de capital que trabalha lado a lado com os empregados, fazendo muitas vezes o mesmo trabalho, mas beneficiando-se da apropriação do trabalho excedente. Pode-se caracterizar a categoria de pequeno empregador como um tipo de “localização contraditória” que combinaria simultaneamente características da



classe capitalista e da pequena burguesia (Wright, 1989). A categorização adotada envolve indistintamente a propriedade de atividades agrícolas e não agrícolas. Com base nos dados disponíveis no Brasil, na PNAD Anual, considera-se que o segmento não agrícola ocupa de um a dez empregados, enquanto o segmento agrícola ocupa de um a dez empregados permanentes.

A delimitação da *classe média* na estrutura social implica refletir sobre os tipos de ativos, desigualmente distribuídos, que importam para o estabelecimento e a manutenção de vantagens e desvantagens entre esse grupo e os demais. As localizações privilegiadas de classe média, que se constituem no interior de trabalho assalariado ou no âmbito da atividade autônoma, diferenciam-se particularmente pelo exercício de autoridade ou pelo controle de conhecimento perito. O gerente tipicamente está inserido numa posição de autoridade na estrutura hierárquica de comando, em função delegada pelo controlador, e se envolve em processos de tomada de decisões no interesse da organização. O exercício de autoridade envolve diferenciação de classe entre os empregados devido ao papel da dominação dentro das relações de propriedade capitalistas e à capacidade de apropriação por parte das funções gerenciais de uma porção do excedente social obtido pela organização. O especialista tem posição estratégica na operação dos sistemas peritos que organizam e medeiam a relação dos atores e das organizações com grandes áreas dos ambientes materiais e sociais construídos em que vivemos (Giddens, 1991, p. 35-36). A noção de qualificação combina os componentes de complexidade substantiva e autonomia associada aos empregos. Os ativos de qualificação, nesse sentido, envolvem os processos de tradução de capacidade ou potencial em atividade de trabalho autônoma e complexa no âmbito e sob a mediação da estrutura e da estruturação dos empregos (Figueiredo Santos, 2002, p. 215-216).<sup>8</sup> A dimensão de qualificação/perícia gera diferenciações de classe ao conferir rendas de qualificação no âmbito do mercado de trabalho e rendas de lealdade à organização originárias do excedente social (Wright, 1997, p. 20-23). Rendas dizem respeito aos retornos obtidos de um ativo, como a qualificação, que derivam da limitação ou da restrição social das oportunidades de aquisição e emprego do recurso. Essas duas categorias de empregados ocupam localizações contraditórias dentro das relações de classe. Os gerentes exercem de forma delegada alguns dos poderes do capital, como o de contratar e despedir trabalhadores. Já o controle das condições de trabalho desempenhado particularmente pelos profissionais corresponde a certa redistribuição de diretos e poderes nas relações entre trabalho e capital (Wright, 2005, p. 16-17). Na visão de John Goldthorpe (2020), as relações contratuais mais privilegiadas dos empregos de classe média refletem os problemas de monitoramento do trabalho

---

8. A educação diz respeito à escolarização formal, à aquisição de conhecimentos, às disposições e às orientações na trajetória educacional. A noção de capital humano pretende expressar os atributos produtivos adquiridos pelos indivíduos. A posse de escolaridade e de capital humano, vista como uma espécie de estoque portátil de "bagagem humana", não pode ser igualada às condições sociais de seu uso ou sua aplicação.

e de especificidade de ativos humanos enfrentados pelas organizações empregadoras. Existem riscos contratuais quando o montante e a qualidade do trabalho não podem ser monitorados diretamente ou facilmente devido às assimetrias de informação entre o agente e o empregador. A especificidade de ativos se manifesta na presença de elevado montante de qualificações ou conhecimento específico do emprego em que a quebra do contrato implica risco de perda de valor para ambas as partes (Goldthorpe, 2000). Os empregos de classe média tendem a assumir a condição de carreiras e divergem dos demais nas formas de recrutamento para as funções, autonomia no trabalho, segurança no emprego e perspectivas de promoção, compensações indiretas, níveis e escalas salariais ascendentes. Na classe média, inclusive, profissionais e gerentes constituem duas esferas parcialmente separadas de carreiras (Westergaard, 1995, p. 18-19 e 155-160).

O conhecimento perito e as qualificações escassas representam uma faca de dois gumes na estruturação da desigualdade de classe. De um lado, o controle de credenciais e o conhecimento perito podem constituir privilégios através de processos excludentes de “reserva de oportunidades”. De outro lado, o controle de ativos de qualificação pode servir como uma barreira defensiva ao colocar limites no poder das organizações empregadoras de regular os empregos e os termos dos contratos de trabalho. O papel desse fator na desigualdade de classe depende da extensão e da força do componente de “reserva de oportunidades” e das implicações depreciadoras das barreiras constituídas para os que ficaram de fora do circuito excludente.

No esquema de classe operacionalizado para os dados da PNAD, o *empregado especialista*, além naturalmente do *status* de empregado, foi caracterizado de acordo com o grupo ocupacional. A categoria abarca notadamente as profissões credenciadas, as profissões de menor poder profissional, que exigem escolaridade superior, ou os grupos semiprofissionais, assim como professores do ensino médio e profissionais com formação superior. Trabalha-se uma noção um tanto ampliada de especialista, de modo que a categoria abarca, além dos grupos já referidos, fiscal de tributação e arrecadação, perito judicial, escrivão e oficial da justiça. O *especialista autônomo* tem *status* de emprego de conta própria ou empregador, sendo considerado especialista de acordo com o grupo ocupacional, e desenvolve a sua atividade sem empregados ou com até cinco empregados, podendo possuir ou não estabelecimento fixo para o exercício da atividade profissional (loja, oficina, fábrica, escritório). A categoria de classe de *gerente*, além da posição de empregado, define-se de acordo com o grupo ocupacional, abrangendo diretores de empresas, dirigentes da administração pública, administradores em organizações de interesse público (sem fins lucrativos etc.) e gerentes de produção, operações e de áreas de apoio.

As circunstâncias de classe média podem não ser tão bem delimitáveis, por mostrarem-se mais heterogêneas, mutáveis e contraditórias, assim como sujeitas a maior especificidade nacional e variação histórica. O núcleo gerencial-profissional dos empregos de classe média, mesmo tendo importantes diferenciações internas, seria caracterizável de maneira menos problemática. Entretanto, existem diferenças entre os assalariados nas características incorporadas e relacionadas aos empregos, em termos de recursos, regras e capacidades, que tendem a suscitar dúvidas acerca da proximidade ou do distanciamento dessas posições do núcleo gerencial-profissional de classe média.

## 2.2 Controladores de ativos de menor valor

Na estrutura social são especificadas as posições de não empregadores detentores de menores ativos físicos de capital e de terra ou, dito de outro modo, os controladores de ativos de menor valor, ou generativos de menor valor econômico. Mantém-se relativamente claro o *status* econômico do segmento formado por empreendimentos autônomos, sem empregados, baseados na posse de ativos de capital e/ou de qualificações escassas, embora certas tendências venham distanciando esse grupo do padrão tradicional da pequena burguesia e da atividade autônoma baseada em “ofício”. O *autônomo com ativos* tem a posição na ocupação de conta própria com atividade de natureza não agrícola, e o empreendimento, ou o empreendedor, atende ao menos a uma das seguintes condições: possui estabelecimento com capital físico (loja, oficina, fábrica, escritório, banca de jornal ou quiosque), atividade que emprega um veículo automotor (táxi, caminhão, *van* etc.) ou ocupação qualificada no emprego principal. A categoria de *autônomo agrícola* retrata a situação diferenciada da pequena produção agrícola, em que existe o controle da terra como ativo produtivo, porém sem a contratação de trabalho assalariado. O critério conceitual é a propriedade de ativos de terra e de estoques vivos que dependem da terra para serem produzidos, ou seja, o recorte não focaliza ou enfatiza a característica de segmentação da atividade econômica enquanto tal (ramo de atividade), embora exista certa superposição das dimensões particularmente na forma de mensuração. A categoria possui *status* de emprego de conta própria e atividade em empreendimento que compreende agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura.

## 2.3 Classe trabalhadora sem destituídos

Os fatores diferenciadores vinculados ao exercício de autoridade e a posse de qualificações escassas podem gerar certa “área cinza” de situações ambíguas de classe em que se encontram os empregados qualificados e os supervisores. O empregado qualificado caracteriza-se por controlar qualificações relativamente menos escassas no mercado de trabalho, em comparação aos grupos profissionais,

e elas constituem um recurso mais limitado e problemático para a organização de processos de reserva de oportunidades. Definida conforme o grupo ocupacional, a categoria agrega técnicos de nível médio nas diversas áreas, professores no ensino infantil e fundamental, professores de nível médio no ensino profissional, professores de educação física e professores de educação especial. Um leque bem diversificado de ocupações incorporaria o controle de qualificações relativamente escassas. Estão na categoria compradores, leiloeiros, corretores, fotógrafos, modelos, atletas, caixas de banco e operadores de câmbio, operadores polivalentes de instalações na petroquímica e mecânicos de manutenção aeronáutica e naval. O *supervisor* caracteriza-se por exercer autoridade limitada sobre a atividade dos subordinados e visa incrementar o esforço de trabalho no interesse da organização. A categoria inclui os empregados em todas as áreas de atividade econômica que são caracterizados pela ocupação de supervisor, chefe, mestre ou contramestre. Os supervisores são recrutados entre o coletivo de trabalhadores; o emprego não tem o *status* de carreira; e no geral seu trabalho se realiza no mesmo espaço dos demais trabalhadores com os quais interage. Na maioria das organizações, mantém-se fronteira entre os níveis gerenciais e profissionais e entre os graus intermediários de qualificação e as funções de primeira linha de supervisão. A situação problemática ou limitada desses estratos assalariados nos domínios de exercício de autoridade e posse de qualificações escassas justificaria a sua aproximação de uma configuração ampliada de classe trabalhadora. A COD usada pela PNAD Contínua subestima de tal modo essa categoria a ponto de comprometer a sua diferenciação (tabela 1).

O *trabalhador típico* representa a categoria majoritária e de grande densidade social. Nesse contexto, caracteriza-se por possuir o controle pessoal do ativo de capacidade de trabalho, ou seja, da própria força de trabalho, mas é constrangido a ceder ao empregador parte dos frutos do emprego produtivo dessa capacidade. De um lado, essa categoria mantém posição claramente subordinada na organização social do trabalho em relação à propriedade de capital, ao controle de credenciais e ao exercício de autoridade. De outro lado, a existência de uma situação de dependência do empregador em relação à *atividade* desenvolvida pelo empregado, visto que o tempo de trabalho contratado deve ser convertido em esforço de trabalho – variável em quantidade e em qualidade –, serve de base potencial para o exercício de certo poder no processo de trabalho. Nos empregos que envolvem mais interdependências e problemas endógenos de extração do esforço de trabalho, são mais factíveis para o trabalhador as possibilidades de intervenção, demarcando ou ampliando limites, nos processos de apreciação ou depreciação de valor do ativo de capacidade de trabalho.<sup>9</sup> Ao se apoiar na organização e na ação coletiva, o trabalhador pode expandir essa

---

9. O empregador contrata o tempo de trabalho, mas o contrato de trabalho permanece incompleto, pois o esforço de trabalho deve ser extraído por meio de mecanismos de incentivo e sanção a determinado custo. A quantidade e a qualidade do fluxo de trabalho dependem da concordância do trabalhador em aceitar a autoridade do empregador, ou seja, o esforço de trabalho é um fator endógeno à relação social de trabalho entre os agentes (Bowles e Gintis, 1990).

capacidade de atenuar ou alterar os poderes e os direitos exercidos pelos empregadores e pelos seus representantes na organização social do trabalho. As relações de emprego em que se encontra inserido o trabalhador típico preservam de modo mais característico as interdependências assimétricas presentes nos processos conjugados de controle da atividade do agente e de apropriação dos resultados do trabalho.

#### 2.4 Base social de posições destituídas de ativos

A estrutura social no Brasil caracteriza-se por possuir amplo conjunto de posições de classe destituídas. O desenvolvimento capitalista cria e reproduz processos de destituição tanto dentro como fora do âmbito do trabalho assalariado. Parte dessa dinâmica manifesta-se igualmente mediante forte tendência de exclusão ou desconexão do sistema social de produção. Nesse segmento, esta parte do estudo realiza mapeamento e caracterização dessas posições de classe destituídas. Interessa-se por uma abordagem de classe social e, por isso, focaliza a questão da divisão social do trabalho, em relação a qual se configura estrutura articulada de posições sociais. Não se trata de análise tradicional da pobreza, que olha apenas para o “espaço da renda” e a sua distribuição entre unidades consideradas em isolamento umas das outras. Desse modo, este estudo sintoniza-se com um movimento convergente entre sociólogos e economistas para superar esse modelo tradicional, através da focalização dos determinantes de resultados fora do controle dos indivíduos, em vez dos resultados em si, como a base para definir e medir a destituição e a desigualdade (Grusky e Kanbur, 2006). Assim, o enfoque sociológico de classe social está atento para o tecido de relações sociais e os vínculos das pessoas com o sistema social de produção e distribuição.

A promoção de uma “extensão teórica” do princípio de exclusão do controle de ativos ou dos recursos econômicos valiosos fundamenta e unifica a noção de *posições de classe destituídas* e, ao mesmo tempo, serve para especificar os processos que geram destituição (Figueiredo Santos, 2010). Charles Tilly (1998) teorizou a desigualdade entre as categoriais sociais emergentes dos processos de exclusão ou de *reserva de oportunidades*, de alcance total ou parcial, que determinam a distribuição assimétrica dos benefícios gerados pelo controle de recursos. Nesse contexto os benefícios de uma categoria estão associados ao controle dos recursos, ao comprometimento ou ao enfraquecimento da capacidade dos membros de outra categoria de usar o recurso, bem como ao investimento de parte dos ganhos para manter a fronteira entre os grupos (Tilly, 1998). John Roemer demonstrou a proposição geral de que a distribuição desigual dos ativos no sistema econômico faz com que os agentes que não possuem certo montante de ativos estejam “livres para perder”. As classes definidas estritamente em termos de relações de propriedade de ativos produtivos formam categorias que estão envolvidas em relações de desigualdade de resultados (Roemer, 1988). Os mecanismos de exclusão, restrição e depreciação

de ativos, nas suas várias manifestações, como ativos de capital, terra, qualificação, emprego e força de trabalho, contribuem para compor um grande, diversificado e heterogêneo agregado de posições de classe destituídas na base da estrutura social. O critério de classe refere-se à destituição, à restrição ou à depreciação relativas à posse, ao uso e ao valor de ativos produtivos. Essa condição pode estar associada em maior ou menor grau a certo nível de pobreza de renda no sentido absoluto ou relativo. Na medida em que a distribuição dos recursos envolve padrões institucionalizados e os riscos de ser pobre são socialmente estruturados, os membros mais vulneráveis dos estratos sociais em maior desvantagem tendem a ser mais afetados pelos processos de empobrecimento (Goldthorpe, 2010, p. 735).

Instalam-se processos de destituição socioeconômica quando se intensifica a exclusão, a insuficiência e a depreciação dos ativos produtores de valor. *O trabalhador elementar* aplica a sua capacidade de trabalho a tarefas simples, socialmente demandadas, mas desvalorizadas, e encontra-se submetido a uma elevada assimetria de poderes e direitos incorporada na relação de emprego. O trabalho assalariado de produção de valores de uso para o consumo direto de um domicílio, realizado pelo *emprego doméstico*, além de ser de natureza não coletiva, isolada e dispersa, em que os poderes e os direitos no trabalho são muito assimétricos, sofre de depreciação estrutural e intrínseca associada ao fato de ser um emprego terminal (*dead-end*) em que existe quase nenhuma chance de progressão nessa modalidade de ocupação. O *autônomo precário* é praticamente destituído de ativos de capital ou de qualificação escassa e vê-se compelido a usar a capacidade de trabalho para reproduzir a sua atividade nos interstícios do mercado de produtos e serviços. A dificuldade de acumular ativos, a grande concorrência entre iguais, a demanda insuficiente ou incerta, as inseguranças quanto à operação cotidiana da atividade conjugam-se para depreciar o retorno associado à aplicação do esforço de trabalho na atividade. O *agrícola precário* é destituído devido ao montante insuficiente de ativos de terra que possui, ou em função da incerteza que cerca o seu controle, ou em face das limitadas possibilidades de aplicação rentável do que tem no mercado. Esse produtor agrícola detém terra pouca ou insuficiente, ou, na condição de posseiro, não tem o domínio legal sobre a sua posse, ou vê-se compelido a vender a totalidade (ou maior parte) da sua produção principal para o consumidor direto em mercados meramente locais. Aproxima-se do prognóstico teórico de destituição econômica de um modo próprio à atividade agrícola. Indicadores relativos aos três critérios estão disponíveis na PNAD Anual até 2015, porém não existem variáveis na PNAD Contínua que permitam diferenciar o autônomo agrícola precário. A classificação retrata a condição de extrema exclusão do *trabalhador de subsistência*. Não comanda um empreendimento agrícola na condição de proprietário, posseiro, parceiro, arrendatário ou cessionário, nem está vinculado a um empreendimento como membro não remunerado da família. Desenvolve apenas uma atividade

marginal de subsistência material direta e, por isso, está em uma condição altamente desconectada do sistema econômico que existe no meio rural. Encontra-se envolvido em situações de trabalho ou atividades como pescar num rio, coletar frutos, plantar horta, cultivar na beira de estrada etc.<sup>10</sup> O *trabalhador excedente*, por fim, é integrado pelo desempregado no sentido lato. O emprego pode ser pensado como ativo ou recurso básico para a obtenção de meios de vida acima do nível de destituição ou de dependência de transferências do Estado (Westergaard, 1995, p. 31). O trabalhador excedente é formado de pessoas sem trabalho que tiveram alguma iniciativa de procurar trabalho – num período menos restrito – ou que estavam engajadas apenas na construção para o próprio uso. Essa posição social “negativa”, de exclusão do emprego, existe em função de um processo de estruturação e reprodução econômica e social no qual se forma um “trabalho excedente” que não encontra aplicação.

Parte fundamental da especificidade da estrutura social brasileira, uma caracterização sintética, revela a composição de três grandes agrupamentos de posições destituídas. Existem os destituídos na esfera do mercado de trabalho, ou que dele são excluídos, embora busquem vender a sua capacidade de trabalho. Estão aí os trabalhadores elementares, os empregados domésticos e os trabalhadores excedentes. Embora demandada e socialmente útil, a capacidade de trabalho elementar que possuem é depreciada. Entretanto, em relação ao grave problema existente do lado da demanda de trabalho, trabalhadores que acumulam certas habilidades comportamentais e cognitivas tornam-se simplesmente dispensáveis pelo padrão preponderante de desenvolvimento capitalista. Uns se tornam superexplorados, e outros sofrem por não encontrar empregador que possa proporcionar lucro da compra da sua força de trabalho.

No mercado de produtos e serviços urbanos, constituem-se os trabalhadores autônomos precários. São autônomos, porém desprovidos de ativos ou recursos de algum valor, cuja reprodução depende dos fluxos de renda da economia dominante que se dirigem aos espaços intersticiais do mercado de produtos e serviços. Estão computados nesse segmento os trabalhadores subordinados que são explorados por detentores de ativos através de formas e relações encobertas de arregimentação e remuneração de trabalho que visam descaracterizar o vínculo assalariado.

---

10. O trabalhador na produção para o próprio consumo corresponde a um *status* de emprego diferenciado existente apenas na atividade agrícola. Não se trata de um conta própria agrícola que trabalha “explorando o seu próprio empreendimento”, porém sem obter renda em dinheiro ou em produtos, nem de um membro não remunerado da família no empreendimento. Entende-se que *a pessoa não tem o seu próprio empreendimento* na condição de proprietário, posseiro, parceiro, arrendatário nem cessionário (quem trabalha em terra cedida por um familiar, por exemplo), pois nesse caso seria classificado como conta própria. Equivale à situação extremamente precária da “pessoa que *trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana*, somente na produção de bens, do ramo que compreende as atividades de agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, *para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar*” (BGE, s.d., grifo nosso).

Por fim, a modernização conservadora da agricultura brasileira, ao seguir trajetória fortemente excludente, manteve e criou grande massa de destituídos no campo (Figueiredo Santos, 2002, p. 131-133). Estes estão representados aqui nas categorias de produtor agrícola precário e trabalhador de subsistência. A herança do passado latifundiário, incorporada à estrutura agrária do Brasil de hoje, e o enorme poder seletivo atual dos complexos agroindustriais se somam para gerar destituição e pauperismo no meio rural brasileiro.

### 3 DESIGUALDADE SOCIAL À LUZ DA TIPOLOGIA DE CLASSES NO BRASIL

A tipologia de classes em questão tem sido usada de forma sistemática em um conjunto diversificado de estudos que tratam dos efeitos independentes, mediadores e moderadores ou interativos de classe notadamente com educação, gênero e raça em renda, saúde e mobilidade social (Figueiredo Santos, 2002; 2005b; 2008; 2009, 2011a; 2011b; 2011c; 2015b; 2018; 2019a; 2019b; 2020a; 2020b; 2021, 2022). Pretende-se nesta parte empírica do trabalho recolocar questões relativas à desigualdade de renda, mobilidade social e saúde no Brasil atual. São utilizadas quatro versões da tipologia que traduzem possibilidades ou potenciais de adaptação a características e limitações de bases de dados oficiais de importância especial.<sup>11</sup> Recorre-se inicialmente a um tratamento descritivo em tabulações cruzadas e a seguir à aplicação de modelos estatísticos.

#### 3.1 Composição e associação de classe com fatores e resultados relevantes

No empreendimento descritivo são apresentadas na tabela 2, em primeiro momento, informações bivariadas sobre a composição de classe por fatores demográficos ou atributos de *status*, assim como a distribuição de classe associada às hierarquias urbanas e ao território. Os dados expressam a interseção de tipos distintos de desigualdades que são socialmente organizadas e que geram consequências nas duas direções no âmbito da operação desses fatores na vida social.

---

11. São versões adaptadas da PNAD Tradicional de 2002 a 2015 (tabelas de 1 a 4), da PNAD Contínua (tabela 1), dos dados de origem social do suplemento de mobilidade social da PNAD 2014 (tabela 5) e da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2013 e 2019 (tabelas 6 e 7).



**TABELA 2**  
**Distribuição de classe por idade, gênero, cor, dimensão urbana e macrorregião –**  
**Brasil (2014)**  
 (Em %)

Classe	Tercil idade (média)			Dimensão urbana			Região		
	23	37	54	Homem	Branco	RM <sup>1</sup>	Média	Menor	+ desenvolvida
Capitalista	8,6	32,5	58,9	76,6	81,3	37,1	29,0	33,9	85,3
Especialista autônomo	15,4	40,1	44,5	57,5	78,0	45,4	31,9	22,7	85,9
Gerente	24,1	44,0	31,9	59,3	67,3	44,0	28,5	27,5	78,6
Empregado especialista	32,2	38,5	29,3	44,0	69,4	48,9	28,7	22,4	77,9
Pequeno empregador	10,8	37,1	52,1	72,7	64,8	27,2	28,7	44,1	75,8
Empregado qualificado	31,9	40,4	27,7	43,6	54,1	37,5	28,5	34,0	70,9
Supervisor	22,4	40,9	36,7	74,1	50,2	40,7	31,1	28,2	76,8
Autônomo com ativos	15,7	35,3	49,0	66,3	51,5	34,8	27,6	37,6	66,3
Autônomo agrícola	11,6	25,8	62,6	85,7	47,6	3,4	8,4	88,2	51,3
Trabalhador típico	43,1	33,4	23,5	60,1	46,6	35,1	29,1	35,8	72,3
Trabalhador elementar	35,5	34,2	30,3	75,3	31,2	19,3	20,2	60,5	59,0
Autônomo precário	19,2	33,6	47,2	61,9	38,0	32,1	29,6	38,3	60,9
Empregado doméstico	18,2	37,7	44,1	8,0	35,6	34,7	25,6	39,7	69,7
Agrícola precário	14,1	28,6	57,3	81,9	27,9	2,3	7,2	90,5	23,4
Trabalhador de subsistência	21,2	18,3	60,5	43,3	32,6	3,0	7,7	89,3	33,7
Trabalhador excedente	63,1	23,4	13,5	43,3	38,6	35,7	28,5	35,8	60,2
<b>Total</b>	<b>33,3</b>	<b>33,3</b>	<b>33,3</b>	<b>55,9</b>	<b>45,9</b>	<b>32,0</b>	<b>26,3</b>	<b>41,7</b>	<b>66,5</b>

Fonte: Microdados da PNAD 2014.

Elaboração do autor.

Nota: <sup>1</sup> Região metropolitana.

A idade informa certos condicionamentos na alocação ou no acesso aos empregos, e sua manifestação remete aos processos de “acúmulo” de recursos ou oportunidades no ciclo ou curso de vida. A variável foi diferenciada em tercis ou três grupos de igual tamanho entre os que têm posição de classe assinalada. No grupo mais novo, 90% dos casos estão entre 16 e 30 anos, com idade média de 23 anos. O grupo intermediário fica no mesmo critério entre 31 e 43, com média de 37 anos.

O grupo mais velho abarca de 45 a 70, com média de 46 anos. Nas posições mais privilegiadas, predominam os grupos de idade mais elevada ou intermediária, com ênfase nos detentores de ativos de capital. Todos os autônomos, com ou sem ativos de capital e terra, estão mais concentrados na idade mais avançada. Esse padrão é ainda mais forte em todos os estratos agrícolas. Estes parecem representar em grande maioria, em certo sentido, os sobreviventes ou os continuadores de formas progressas ou tradicionais de produção ou reprodução de meios de vida. Os empregados qualificados e supervisores, assalariados com certas vantagens, têm idade intermediária, enquanto o trabalhador típico tem idade mais jovem. O perfil do trabalhador excedente é bastante mais jovem. No emprego doméstico o grupo mais jovem é claramente minoritário, e o mais velho, predominante. Um grupo parece focalizar caminho diverso, e o outro parece ver no emprego doméstico uma opção mais factível. Desse modo, existe padronização socioeconômica que informa as relações entre idade e emprego.

As interseções entre as categorias de classe e de *status* de gênero e raça recebem uma primeira atenção a ser aprofundada logo a seguir. Na forma binária são apresentadas somente as percentagens do grupo mais privilegiado, já que o valor inverso corresponde ao grupo omitido. Olhando-se o *total* na parte inferior da tabela, vê-se que o homem é maioria, e o branco é minoria entre as posições. O valor estampado serve de referência para situar o grau de desproporção do grupo nas categorias de classe. Do capitalista ao supervisor, o homem prevalece em cinco categorias, e a mulher em duas. As posições masculinas são de comando de ativos de capital e de exercício de autoridade. Já a mulher supera o homem em ativos de qualificação. Todas as atividades autônomas, com ou sem ativos de capital e terra, são claramente masculinas. No agrupamento destituído, a mulher é maioria no empregado doméstico, trabalhador de subsistência e trabalhador excedente. Na dimensão de cor ou raça, do capitalista ao supervisor, o branco é maioria. Essa maioria se torna mais ampla à medida que as vantagens são maiores. O branco é maioria também no autônomo com ativos. Somente no autônomo agrícola e no trabalhador típico, ocorrem inserções equivalentes à geral. Em todas as posições destituídas, o grupo não branco é maioria em um patamar que chega mesmo a suplantar o seu nível de participação total na população ocupada.

A dimensão urbana diferencia região metropolitana (RM), municípios de porte médio ou grande fora de RM e demais municípios. A operacionalização da variável se baseia no código de área censitária da PNAD Tracional (V4727). Os municípios menores concentram a maioria dos empregos, seguidos pelas RMs. Entre os melhores tipos de empregos, de capitalista a supervisor, seis deles estão desproporcionalmente distribuídos nas RMs. A distribuição desses empregos mais vantajosos nos municípios maiores ou médios mantém ou supera a sua participação geral. Os municípios menores mantêm ou superam a sua participação

proporcional somente nas categorias de pequeno empregador e de trabalhador elementar (36% agrícola) e nos estratos agrícolas. Apresenta-se, por fim, a distribuição das posições entre as regiões mais desenvolvidas (Sudeste, Sul e Centro-Oeste), aspecto que vai ser mais explorado adiante. O total revela que estão nelas 66,5% das posições de classe. De 86% a 71% dos melhores empregos estão nessas regiões, sempre acima da participação geral. Ultrapassam ou se aproximam do patamar geral o trabalhador típico, o autônomo com ativos e o empregado doméstico. Esse último caso representa um subproduto da presença de empregos com maior renda nas regiões mais desenvolvidas. Cabe aos locais menos desenvolvidos (Nordeste e Norte) o destaque proporcional ou absoluto nos demais empregos notoriamente em desvantagens.

A questão regional envolve e reflete o processo de desenvolvimento desigual da economia capitalista no território. Uma característica da desigualdade brasileira é o grande peso das diferenças entre as macrorregiões brasileiras que compõem certa polaridade e separação entre Sul/Sudeste/Centro-Oeste e Norte/Nordeste (Souza, 2013). Educação representa um recurso importante que dá acesso ou está associado a diferentes tipos de empregos desigualmente recompensados. A evolução da estrutura do emprego e a expansão educacional se fazem de forma desigual no território, criando importantes desequilíbrios e assimetrias nas combinações entre os dois fatores.

TABELA 3

**Distribuição de classe por macrorregião e composição educacional por classe em cada macrorregião**

(Em %)

Classe por região e educação	Sudeste	Nordeste	Sudeste, Sul e Centro-Oeste (Sudeste)				Nordeste e Norte (Nordeste)			
			Fund.I	Fund.C	Med.C	Sup.C	Fund.I	Fund.C	Med.C	Sup.C
Capitalista	0,8	0,3	7,1	9,5	33,0	50,4	10,0	11,1	39,6	39,3
Especialista autônomo	1,6	0,5	0,9	0,7	9,0	89,4	4,6	3,4	13,4	78,7
Gerente	3,1	1,7	5,2	5,9	37,5	51,4	7,7	5,8	48,6	37,9
Empregado especialista	5,7	3,2	0,2	0,9	21,3	77,6	0,2	1,1	21,6	77,1
Pequeno empregador	3,1	2,0	21,2	15,9	40,9	22,0	31,4	14,4	39,2	15,0
Empregado qualificado	7,3	6,0	2,9	5,6	50,8	40,7	4,5	5,0	51,9	38,5
Supervisor	1,3	0,8	16,7	12,5	49,5	21,3	20,1	11,5	52,1	16,3
Autônomo com ativos	6,6	6,6	28,6	18,7	39,9	12,7	42,7	17,4	35,0	4,9
Autônomo agrícola	1,9	3,6	68,9	13,0	15,3	2,8	81,5	9,7	8,1	0,7

(Continua)

(Continuação)

Classe por região e educação	Sudeste	Nordeste	Sudeste, Sul e Centro-Oeste (Sudeste)				Nordeste e Norte (Nordeste)			
			Fund.I	Fund.C	Med.C	Sup.C	Fund.I	Fund.C	Med.C	Sup.C
Trabalhador típico	36,3	27,6	21,6	21,9	49,5	6,9	26,4	19,3	49,5	4,9
Trabalhador elementar	7,3	10,0	55,3	23,3	20,1	1,3	67,3	16,7	15,6	0,4
Autônomo precário	7,8	9,9	45,6	21,2	29,4	3,8	54,7	18,2	25,2	1,9
Empregado doméstico	6,5	5,6	55,3	22,3	21,1	1,3	54,6	23,2	21,5	0,7
Agrícola precário	0,5	3,4	69,1	13,1	15,4	2,5	81,7	10,4	7,6	0,3
Trabalhador de subsistência	2,1	8,3	80,4	9,6	8,3	1,7	82,3	10,0	7,3	0,4
Trabalhador excedente	8,2	10,7	24,7	27,0	39,6	8,7	30,6	23,7	41,2	4,6
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>27,7</b>	<b>18,1</b>	<b>37,9</b>	<b>16,3</b>	<b>42,4</b>	<b>16,1</b>	<b>32,7</b>	<b>8,8</b>

Fonte: Microdados da PNAD 2014.

Elaboração do autor.

Obs.: Fund.I – fundamental incompleto; Fund.C – fundamental completo ou médio incompleto; Med.C – médio completo ou superior incompleto; e Sup.C – superior completo.

A tabela 3 retrata a distribuição de classe interna e a característica de cada macrorregião. A distribuição de classe dentro da região complementa a informação já vista sobre a distribuição entre as regiões. Existe um contraste marcante quando são comparados o topo social e a base da estrutura de classe. De um lado, as posições privilegiadas de classe têm peso maior na região mais desenvolvida (14,3%). De outro lado, na base social prevalece o trabalhador típico (36,3%), a ponto de suplantar todo o conjunto de posições destituídas (32,4%). A situação inversa predomina na região menos desenvolvida. Assim, existe um topo social menor (7,7%) e uma ampla base destituída (47,9%).

Nos dois conjuntos regionais, estão os cruzamentos de classe por nível educacional dentro das regiões. No *total* está a distribuição educacional ao nível geral em cada macrorregião.

No plano geral o principal contraste regional diz respeito aos polos educacionais. No fundamental completo é de 27,7% *versus* 42,4% para a região menos desenvolvida. No superior completo é de 16,3% para 8,8%. Entres as posições privilegiadas, o superior completo é mais comum na região mais desenvolvida. Entretanto, há equilíbrio no empregado especialista devido à exigência para acesso ao tipo de emprego. Entre as posições destituídas, os níveis educacionais inferiores são mais comuns na região menos desenvolvida. Entretanto, eles se assemelham no emprego doméstico, entre os quatro níveis, e no trabalhador excedente ou desempregado, em que o nível modal é médio completo. Merece destaque, por

fm, devido ao peso demográfico, a composição educacional do trabalhador típico, bastante semelhante entre as regiões.

TABELA 4

**Distribuição de classe por dicotomia rico/pobre e composição interna de gênero/cor (Em %)**

Classe por posição em renda e sexo/cor	30% +	30% + rico				70% + pobre			
		Mas.B	Fem.B	Mas. NB	Fem. NB	Mas.B	Fem.B	Mas.NB	Fem.NB
Capitalista	96,3	61,4	19,5	15,7	15,7	39,5	21,0	28,3	11,2
Especialista autônomo	87,5	44,4	34,2	14,8	6,6	27,6	39,3	21,0	12,1
Gerente	74,6	43,6	28,0	19,3	9,2	21,9	31,3	27,0	19,8
Empregado especialista	77,2	33,4	38,4	12,8	15,5	20,1	39,0	14,2	26,7
Pequeno empregador	77,8	49,1	18,7	25,4	6,8	31,8	20,2	35,4	12,7
Empregado qualificado	51,9	28,8	31,9	18,7	20,6	16,4	29,5	21,9	32,1
Supervisor	62,0	41,1	13,2	38,6	7,1	25,7	17,3	40,3	16,7
Autônomo com ativos	43,7	45,4	16,9	28,7	9,0	23,7	18,2	36,4	21,7
Autônomo agrícola	25,7	64,7	5,8	26,8	2,7	34,3	5,8	49,8	10,1
Trabalhador típico	21,8	41,4	15,3	35,0	8,3	22,2	21,4	33,4	23,0
Trabalhador elementar	5,9	37,5	11,1	40,6	10,8	21,3	8,7	54,1	15,9
Autônomo precário	22,5	36,6	12,7	40,7	10,0	18,4	15,8	38,7	27,0
Empregado doméstico	7,0	9,3	42,2	9,3	39,2	2,6	31,5	4,5	61,4
Agrícola precário	9,7	42,8	2,8	46,2	8,1	21,3	5,0	60,0	13,7
Trabalhador de subsistência	3,6	39,0	31,8	17,4	11,8	11,6	21,5	20,1	46,7
Trabalhador excedente	3,8	28,9	29,3	19,4	22,4	7,8	24,1	12,9	55,2
<b>Total</b>	<b>30,0</b>	<b>39,9</b>	<b>22,5</b>	<b>26,3</b>	<b>11,3</b>	<b>19,3</b>	<b>20,1</b>	<b>33,0</b>	<b>27,6</b>

Fonte: Microdados da PNAD 2014.

Elaboração do autor.

Obs.: Masc. – homem; Fem. – mulher; B – branco; e NB – não branco (agrega pardo e preto).

As discrepâncias de renda que existem entre os empregos correspondem à face da desigualdade material mais marcante e próxima da vida da maioria das pessoas. As categorias de *status*, notadamente gênero e cor, geram consequências mais amplas e incisivas à medida que se associam às desigualdades posicionais de recursos e poder existentes na sociedade (Tilly, 1998; Ridgeway, 2014). O desenho da tabela 4 expressa, de certa forma, os cruzamentos ou as associações entre empregos ou posições de classe, ordenamentos da renda e categorias de *status*. Nos décimos de renda de todas as fontes, foi feito o recorte entre os 30% mais ricos e os 70% mais pobres. Foi usado um critério que não fosse artificial para os privilegiados e os destituídos e que permitisse fazer comparações informativas. No Brasil a distribuição da renda é fortemente assimétrica, de modo que a renda

média fica muito acima da mediana, que possui um valor baixo. O limiar do percentil escolhido está próximo da renda média geral. Isso significa que estar entre os 30% mais ricos corresponde, então, a obter aproximadamente uma renda acima da média geral. Embora os valores absolutos sejam diferentes, o mesmo limiar relativo se aproxima das rendas médias das respectivas categorias de classe. Dessa maneira, foi usada naturalmente a renda média geral para definir a proporção dos 30% mais ricos encontrada em cada categoria de classe.

Existe um claro ordenamento de classe no critério, como esperado. Nas posições privilegiadas o grupo rico abarca minimamente 75% dos casos, com destaque para capitalista e especialista autônomo. Empregado qualificado e superior vem a seguir, secundados por controladores de pequenos ativos. O trabalhador típico se aproxima somente do autônomo agrícola. Entre os destituídos, o autônomo precário está em melhor situação, porém muito distante do autônomo com ativos. Uma defasagem semelhante se forma entre autônomo agrícola e agrícola precário. Entre os que recebem renda monetária do trabalho, a pior situação é a do trabalhador elementar.

No grupo rico e pobre, foi calculada a distribuição interna da categoria combinada de *status* (gênero e cor) por classe e em geral (total). O homem branco é maioria nos 30% mais ricos; e o homem não branco, nos 70% mais pobres. Na mesma comparação, o homem não branco vem em segundo lugar entre os mais ricos; e a mulher não branca, entre os mais pobres.

Nas posições privilegiadas o grupo branco, particularmente homem, predomina entre os mais ricos. Entre os privilegiados mais pobres, predomina a mulher branca, com a exceção de capitalista (homem branco) e pequeno empregador (homem não branco). No empregado qualificado predomina a mulher branca em ambos os grupos. No supervisor predomina o homem branco entre os mais ricos e o homem não branco entre os mais pobres. Pequenos ativos é um agrupamento bastante masculino. O grupo mais rico é fortemente branco, e o mais pobre é claramente não branco.

O trabalhador típico mais rico é fortemente branco, secundado pelo homem não branco, com a mulher branca mais distanciada e a mulher não branca bastante minoritária. No trabalhador típico mais pobre, predomina o homem não branco. Como há equilíbrio entre os demais grupos, isso faz com que no conjunto predomine o não branco.

No agrupamento destituído mais rico, ou seja, com renda acima da média, o não branco predomina no trabalhador elementar, no autônomo precário e no agrícola precário, provavelmente por serem categorias mais presentes na região Nordeste/Norte, embora o homem branco prevaleça no trabalhador de subsistência. No empregado doméstico há equilíbrio entre mulher branca e não branca. No agrupamento destituído mais pobre, domina o não branco, o que confirma

duplamente (emprego e renda) um padrão de cor ou raça. O homem não branco predomina em trabalhador elementar, autônomo precário e agrícola precário, confirmando um padrão de gênero. Ademais, a mulher não branca predomina em empregado doméstico, trabalhador de subsistência e trabalhador excedente.

### 3.2 Efeitos de origem de classe no destino social no Brasil

Mobilidade social mensura o grau de associação que existe entre a condição socioeconômica dos pais e dos filhos. A associação total ou o efeito total captam a influência de todos os fatores que estão associados direta ou indiretamente à origem de classe. Nesse sentido, são usados três indicadores de realização socioeconômica no destino social. Na tabela 5 estima-se o efeito total da origem de classe em resultados relevantes ao destino social. Para isso, utilizaram-se regressão logística para probabilidade e regressão padrão (OLS) para o percentil da renda, ajustadas ao desenho amostral complexo da PNAD. Em todos os modelos, são utilizados controles por gênero, cor, coorte, tipo de família por inserção econômica dos pais, área urbana/rural, Unidade da Federação (UF) onde o filho morava aos 15 anos e se é a mesma de hoje (migrante ou não). Para manter a comparabilidade, as estimativas foram feitas para as pessoas de 27 a 66 anos de idade. A data inicial corresponde à idade em que alguém estaria apto a ter concluído curso superior. O limite superior na idade visa limitar um viés de seletividade condicional à origem de classe associado à idade, ao emprego/aposentadoria ou à morte. Como a maioria dos controles potenciais pode estar associada à origem social, os controles justificáveis seriam aqueles determinados antes de se entrar no mercado de trabalho (Hällsten, 2013, p. 667-668). Por fim, os resultados são calculados para as três coortes anteriores a dez anos, com indivíduos nascidos entre 1948 e 1977, e para a coorte mais recente, com os nascidos entre 1978 e 1987, cuja idade mínima considerada é de 27 anos.

Foi estimada em um primeiro momento a probabilidade de o filho estar em uma posição no topo social privilegiado formado pelas posições de empregador, especialista e gerente. Seria esperado que as coortes mais antigas tivessem probabilidade maior devido ao fato de estarem em fase mais avançada na trajetória de emprego. Percebe-se claramente que existe forte contraste entre origens privilegiadas e origens destituídas. No primeiro grupo destaca-se a origem em especialista e empregador não agrícola nas coortes anteriores. Na corte mais recente, o empregador agrícola avança bastante e fica secundado pelo especialista. Como regra geral o efeito de origem aumenta ou se mantém, ou seja, a coorte mais recente está em situação melhor ou equivalente mesmo estando em fase mais inicial na trajetória. A alteração mais marcante ficou por conta do empregador agrícola. Nas origens destituídas a pior trajetória está associada ao emprego doméstico. Na passagem para a coorte mais recente, a situação piora para quatro origens e melhora para duas nesse bloco. No mais, destacam-se o aumento do efeito em supervisor e a

diminuição em pequenos ativos. As discrepâncias de origem aumentam um pouco devido às inclinações divergentes entre origem privilegiada e destituída.

TABELA 5

**Efeito total da origem de classe na probabilidade de destino ao topo social, no ensino superior completo e na projeção de percentil da renda nas coortes de nascimento**

Origem de classe	Topo social		Superior completo		Percentil da renda	
	1948-1977	1978-1987	1948-1977	1978-1987	1948-1977	1978-1987
Empregador agrícola	0,274	0,488	0,242	0,488	54,95	71,63
Empregador não agrícola	0,343	0,360	0,334	0,341	66,03	64,86
Gerente	0,292	0,317	0,344	0,398	61,53	61,11
Especialista	0,429	0,412	0,525	0,580	70,61	71,34
Empregado qualificado	0,210	0,201	0,266	0,306	60,07	57,91
Supervisor	0,189	0,230	0,202	0,296	54,43	58,53
Autônomo com ativos	0,196	0,163	0,188	0,196	54,86	52,53
Autônomo agrícola	0,104	0,090	0,098	0,112	45,62	43,20
Trabalhador típico	0,121	0,119	0,126	0,146	50,39	49,19
Trabalhador elementar	0,087	0,060	0,093	0,079	44,91	42,53
Trabalhador elementar agrícola	0,071	0,093	0,049	0,055	40,67	40,60
Autônomo precário	0,101	0,086	0,102	0,094	47,19	45,33
Empregado doméstico	0,056	0,045	0,066	0,035	43,31	40,35
Trabalhador de subsistência	0,076	0,086	0,059	0,066	40,97	40,76
Trabalhador excedente	0,092	0,082	0,095	0,103	45,12	43,73

Fonte: Microdados da PNAD 2014.

Elaboração do autor.

Obs.: A probabilidade está representada em proporção que varia de 0 a 1.

Posteriormente, estima-se o efeito total de origem na probabilidade de o filho ter curso superior completo. Deve ser levado em conta que a educação superior esteve em expansão e que a coorte mais recente se beneficiou mais desse processo. Contudo, como esse indicador fica relativamente estável no curso de vida, não sofre de viés associado à fase dessa trajetória; constata-se o mesmo contraste entre os polos de origem de classe. Na origem privilegiada destaca-se incontestavelmente a situação do especialista, e todas essas origens avançam na passagem para a coorte mais recente. O empregado especialista mantém-se à frente, mas o avanço do empregador agrícola é surpreendente. Junto com os dados de acesso ao topo social, o resultado educacional sinaliza uma mudança marcante na condição e no processo de transmissão intergeracional dessa categoria. Na origem destituída destacam-se negativamente as origens em trabalhador elementar agrícola, trabalhador de subsistência e empregado doméstico. Nesse agrupamento três origens têm uma trajetória negativa, e três são positivas na passagem para a coorte mais recente. Realça-se o



resultado bastante negativo da origem em empregado doméstico em um contexto de expansão educacional. Por fim, as origens em empregado qualificado (técnico) e supervisor se saem bem melhor do que em pequenos ativos, na mudança de coorte, aumentando a discrepância na aquisição educacional dos filhos. A evolução do trabalhador típico é mais discreta. Isso quer dizer que, dessa categoria para baixo, o benefício da expansão educacional foi modesto, quando não ínfimo ou descartável, na coorte mais recente.

Foi estimado o efeito total da origem na renda ordenada em percentis em relação a todos os membros da amostra com informações válidas. O efeito da origem é expresso “em pontos percentuais usando apenas as informações ordinais sobre a variável dependente, portanto, não inclui informações sobre a dispersão dos rendimentos dos filhos” (Torche, 2018, p. 273). As alterações nas e entre as categorias são comparadas em termos líquidos, aproximando-se da noção de persistência relativa, pois, na conversão em ordenamento, são descontadas as diferenças na dispersão (desigualdade) da renda. A escala fica mais contraída em relação às distâncias reais de renda entre as categorias. Devido à etapa na trajetória e à associação idade/renda, seria esperado que a coorte mais recente estivesse em percentis abaixo no ordenamento da renda.

Nas origens privilegiadas, três entre as quatro categorias avançaram ou mantiveram a posição no ordenamento. A origem de especialista, de maior peso, responde pela posição mais elevada nos dois contextos. Também nesse critério o destaque de avanço coube ao empregador agrícola. Entre as origens destituídas, nenhuma delas está em posição melhor na coorte mais recente. Predomina a posição inferior e, somente em dois casos, a posição equivalente. Os estratos agrícolas obtêm a pior posição, com a companhia negativa do empregado doméstico na coorte mais recente. No quadro geral a hierarquia do efeito de origem persiste com certo reforço nos desníveis típicos mesmo ao serem descontadas as dispersões da renda dentro e entre as categorias.

### 3.3 Classe social e desigualdade de saúde no Brasil

Os estudos empreendidos sobre a realidade brasileira revelaram que há um importante ganho analítico e empírico no uso da noção sociológica de classe social para abordar a desigualdade de saúde quando esta é confrontada com os indicadores mais convencionais de posição socioeconômica, tais como renda e educação (Figueiredo Santos, 2011a; 2019a; 2020b). Foram realizadas as estimativas dos efeitos de classe social na autoavaliação do estado de saúde da pessoa por meio dos dados da PNS 2013 e 2019. A variável *dependente autoavaliação* representa a medida de estado de saúde mais acessível, abrangente e informativa em estudos populacionais. Possui a vantagem de captar a saúde média dos grupos; ao contrário das medidas mais dirigidas, retrata bem a saúde em diferentes estágios da vida e está associada

a múltiplos fatores de risco à saúde, além de ser um previsor de mortalidade (Figueiredo Santos, 2011a; 2019a; 2020b).

A tipologia de classes original teve de ser totalmente reconstruída ao nível operacional, mantidos os fundamentos conceituais e os critérios orientadores, pois a PNS adotou a nova COD do IBGE, ajustada à Classificação Internacional Padrão de Ocupações (CIUO-08), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), porém não equivalente à CBO-Domiciliar da PNAD Anual. Além disso, devido às lacunas de indicadores importantes relativos às categorias de empregadores (número de empregados) e autônomos (informações do empreendimento), foram adotados critérios substitutos baseados em diferenciações internas de décimos de renda para diferenciar as categorias de capitalistas *versus* pequenos empregadores; autônomos com ativos *versus* autônomos precários; autônomos agrícolas *versus* agrícolas precários. Em razão de a variável de interesse do estudo ser a saúde, a renda seria um indicador substituto adequado para diferenciar o montante de ativos controlados por categorias de empregadores e autônomos, já que ela está associada à natureza e ao porte da atividade econômica, sendo um resultado (*output*) cujo padrão médio decorre da condição, do recurso e da atividade típica do empreendimento.

TABELA 6

**Classe social e probabilidade predita de autoavaliação do estado de saúde como bom, regular e ruim**

Classe	Bom	Regular	Ruim
Capitalista	0,904	0,089	0,008*
Especialista autônomo	0,865	0,120	0,014
Gerente	0,838	0,160	0,002
Empregado especialista	0,861	0,126	0,013
Pequeno empregador	0,839	0,146	0,014
Empregado qualificado	0,830	0,152	0,018
Supervisor	0,860	0,112	0,028*
Autônomo com ativos	0,791	0,192	0,017
Autônomo agrícola	0,700	0,272	0,028
Trabalhador típico	0,753	0,227	0,020
Trabalhador elementar	0,687	0,278	0,034
Autônomo precário	0,670	0,282	0,048
Empregado doméstico	0,687	0,282	0,031
Agrícola precário	0,665	0,284	0,051
Trabalhador excedente	0,674	0,282	0,044

Fonte: PNS 2019.

Elaboração do autor.

Obs.: 1. Significância: \*  $p > 0,05$ .

2. A probabilidade está representada em proporção que varia de 0 a 1.

As estimativas da tabela 6 foram realizadas com um modelo logístico ordenado generalizado mediante o procedimento *gologit2*, criado pelo sociólogo Richard Williams para o ambiente do programa Stata. Nesse modelo os resultados são semelhantes a uma série de regressões logísticas binárias que contrastam uma categoria com as demais (Williams, 2006). Na variável dependente ordinal, *bom* agrega *muito bom* e *bom*; *ruim* combina *ruim* e *muito ruim*; e *regular* fica como no original da questão. Todos os resultados estão expressos como probabilidades preditas na média dos casos calculadas com o comando de pós-estimação *margins* do Stata. Foram estimados efeitos com os controles de idade, gênero, cor, região, área urbana/rural, capital/interior e informante.

Devido à distribuição das respostas, o contraste mais amplo em todas as posições de classe se faz entre estado de saúde *bom* e *regular*. Entretanto, como expressão de morbidade mais forte, o estado *ruim* revela-se também diferenciador. As posições privilegiadas ostentam o estado *bom* mais elevado e os menores *regular* e *ruim*. O destaque fica por conta do capitalista, seguido pelos especialistas, de maior importância demográfica no topo social. O inverso ocorre com todas as posições destituídas. Os destaques negativos estão com o autônomo precário e o agrícola precário, ou seja, não assalariados. Entre o capitalista e o agrícola precário, existe uma distância de 23,9 pontos percentuais (p.p.) no estado de saúde bom. Como o modelo controla por área urbana ou rural, além da localização territorial, visando estimar efeito mais puro do emprego, a desigualdade seria ainda maior se fosse levado em conta o contexto ou o ambiente residencial. A distribuição de 3,1% a 4,8% na saúde *ruim* na base destituída afeta elevado contingente populacional da estrutura social (tabela 1). Além disso, entre os destituídos, o estado de saúde *ruim* pode estar subestimado ao precipitar uma aposentadoria e sair da população economicamente ativa.

Pequeno empregador e empregado qualificado e supervisor ficam em situações mais próximas do topo social e separados dos demais abaixo. O estado de saúde do trabalhador típico está em condição melhor do que o do trabalhador elementar e o do empregado doméstico – os dois grupos em melhor situação no agrupamento destituído.

Estudo anterior enfatizou que classe social e território se combinam para acentuar dramaticamente as discrepâncias de saúde no Brasil (Figueiredo Santos, 2018). No estudo em questão, a tipologia de classes foi agregada em cinco grandes agrupamentos, pois as estimativas foram feitas por UFs. Nas estimativas da tabela 7, utiliza-se a classificação de classes mais ampla, e o estado de saúde é mensurado de forma binária para distinguir *não bom* (regular e ruim) *versus bom* (bom e muito bom), que é a forma mais comum de mensuração nos estudos de desigualdade de saúde (Figueiredo Santos, 2020b). O estado de saúde *não bom* não equivale à

soma de *regular* e *ruim* da tabela 6, embora haja correspondência, pois as estimativas não foram feitas com o mesmo tipo de modelo e com os mesmos contrastes. As probabilidades foram estimadas por regressão logística com interações entre classe e território, para os anos de 2013 e 2019, usando os já mencionados controles equivalentes. O resultado *geral* para o conjunto do país foi colocado como referência para situar as variações regionais dos efeitos em função das diferenças de contextos e das interações. Recorre-se ao divisor binário entre regiões mais desenvolvidas (Sudeste, Sul e Centro-Oeste) e menos desenvolvidas (Nordeste e Norte).

Vão ser destacadas nos comentários da tabela 7 as alterações no período considerado e o sentido de conjunto dos resultados. No topo social, que vai do capitalista ao pequeno empregador, diminuiu-se a incidência de estado de saúde não bom para os detentores de ativos de capital, ao passo que ambos os especialistas e o gerente tiveram aumento do quadro negativo. No grande agrupamento destituído, ocorreram reduções de 1 p.p. em três categorias e de 2 p.p. em duas. Destaca-se que as alterações menores podem ser interpretadas como estabilidade. No restante da estrutura social, ocorreu aumento da saúde não boa em duas categorias, redução em duas e estabilidade em uma. No contraste entre topo e base destituída, ocorreu certa melhora na desigualdade relativa associada a uma piora no âmbito do topo social e uma redução/estabilidade na base destituída. As duas categorias em melhor situação de saúde na base destituída, ainda assim, mantêm excesso de 21,7 p.p. em saúde não boa em relação ao capitalista, mesmo com o controle estatístico de residência e território. Em linha geral manteve-se no período o padrão existente de hierarquização de classe social da distribuição da saúde.

TABELA 7

**Classe social e probabilidade predita de autoavaliação do estado de saúde como não bom (regular e ruim), geral e por GR (2013 e 2019)**

Posição de classe	Brasil		Sudeste, Sul e Centro-Oeste		Nordeste e Norte	
	2019	2013	2019	2013	2019	2013
Capitalista	0,096	0,109	0,078	0,077	0,155	0,234
Especialista autônomo	0,135	0,092	0,110	0,068	0,201	0,166
Gerente	0,162	0,142	0,133	0,109	0,227	0,223
Empregado especialista	0,139	0,125	0,128	0,103	0,156	0,167
Pequeno empregador	0,160	0,186	0,126	0,149	0,250	0,276
Empregado qualificado	0,170	0,173	0,137	0,128	0,244	0,268
Supervisor	0,139	0,201	0,094	0,182	0,319	0,224
Autônomo com ativos	0,209	0,219	0,177	0,190	0,287	0,276
Autônomo agrícola	0,301	0,274	0,270	0,247	0,345	0,345
Trabalhador típico	0,247	0,235	0,219	0,198	0,304	0,315
Trabalhador elementar	0,313	0,298	0,291	0,262	0,364	0,375

(Continua)

(Continuação)

Posição de classe	Brasil		Sudeste, Sul e Centro-Oeste		Nordeste e Norte	
	2019	2013	2019	2013	2019	2013
Autônomo precário	0,331	0,322	0,292	0,293	0,411	0,397
Empregado doméstico	0,313	0,322	0,286	0,286	0,370	0,395
Agrícola precário	0,334	0,357	0,353	0,371	0,391	0,425
Trabalhador excedente	0,326	0,306	0,308	0,269	0,375	0,384
Total	0,256	0,235	0,224	0,207	0,323	0,327

Fonte: PNS 2013 e 2019.

Elaboração do autor.

Obs.: 1. GR – Grande Região.

2. A probabilidade está representada em proporção que varia de 0 a 1.

Houve alterações nos cruzamentos de classe e GR entre 2013 e 2019. A situação de saúde piorou no agregado da GR mais desenvolvida e para a maioria das posições dentro dela. Na GR menos desenvolvida, a situação não se alterou no agregado e registrou leve melhora em nove posições, sendo três privilegiadas (capitalista, empregado especialista e pequeno empregador) e cinco da base social (trabalhador típico e quatro posições destituídas). Nessa perspectiva, essas tendências fizeram com que as desigualdades territoriais entre importantes categorias de classe diminuíssem um pouco.

As evidências obtidas permitem reafirmar que as divisões e as alocações territoriais acentuam as vantagens de saúde das posições privilegiadas, por estarem mais concentradas no Sudeste, e reforçam as desvantagens dos destituídos, mais disseminados no Nordeste. Assim, esses padrões têm implicações mais amplas, já que são fortes e envolvem as duas regiões com maior concentração populacional.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A classificação de classes sociais apresenta-se como um instrumento relevante e útil para monitorar mudanças na estrutura social, elucidar os condicionamentos que afetam o estado social do país e avaliar o impacto das políticas sociais e econômicas nos diferentes grupos sociais. A noção e a mensuração de classe social estão associadas com as características típicas da sociedade capitalista e, portanto, refletem os processos sistêmicos, institucionais, organizacionais, ao nível micro da ação, que estabelecem e reproduzem a desigualdade nessa sociedade. A classificação de classe baseada na estrutura do emprego caracteriza o que alguém tem (recursos) e o que essa pessoa faz ou pode fazer (a prática social e as relações com os outros) para obter bem-estar socioeconômico. A categorização social assim estabelecida fornece delimitação mais real, socialmente identificável e abrangente dos limites e das oportunidades que se colocam diante das pessoas. Classe social, além disso, pretende delimitar teoricamente os determinantes de resultados em vez de priorizar apenas o retrato descritivo dos resultados distributivos em si. À medida que as categorias

empíricas de classe mobilizadas para a análise da realidade concreta mantêm-se alinhadas às noções teóricas de mecanismos geradores de efeitos, obtêm-se assim pontos de partida explicativos dos padrões e das mudanças constatados.

## REFERÊNCIAS

- BOWLES, S.; GINTIS, H. Contested exchange: new microfoundations for the political economy of capitalism. **Politics & Society**, v. 18, n. 2, p. 165-222, 1990.
- CROMPTON, R. (Ed.). **Class and stratification**. 3. ed. Cambridge, Reino Unido: Polity Press, 2008.
- CROMPTON, R. Class and employment. **Work, Employment and Society**, v. 24, n. 1, p. 9-26, 2010.
- FIGUEIREDO SANTOS, J. A. A teoria e a tipologia de classe neomarxista de Erik Olin Wright. **Dados**, v. 41, n. 2, 1998.
- FIGUEIREDO SANTOS, J. A. **Estrutura de posições de classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda**. Rio de Janeiro: Editora Iuperj, 2002.
- FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 58, p. 27-45, 2005a.
- FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Efeitos de classe na desigualdade racial no Brasil. **Dados**, v. 48, n. 1, p. 21-65, 2005b.
- FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Classe social e desigualdade de gênero no Brasil. **Dados**, v. 51, n. 2, p. 353-402, 2008.
- FIGUEIREDO SANTOS, J. A. A interação estrutural entre a desigualdade de raça e de gênero. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 70, p. 37-60, 2009.
- FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Comprehending the class structure specificity in Brazil. **South African Review of Sociology**, v. 41, n. 3, p. 24-44, 2010.
- FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Classe social e desigualdade de saúde no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 75, p. 27-55, 2011a.
- FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Desigualdade racial de saúde e contexto de classe no Brasil. **Dados**, v. 54, n. 1, p. 5-40, 2011b.
- FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Class divisions and health chances in Brazil. **International Journal of Health Services**, v. 41, n. 4, p. 691-709, 2011c.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. III – Primeira sessão: esquema de classe para abordar a desigualdade de saúde no Brasil. *In*: ROSENBERG, F. J. (Ed.). **Classes sociais, território e saúde: questões metodológicas e políticas**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2013. (Cadernos do Itaboraí, n. 1). v. 1, p. 39-59. Disponível em: <https://forumitaborai.fiocruz.br/node/896>. Acesso em: 2 ago. 2022.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Classe social e deslocamentos de renda no Brasil. **Dados**, v. 58, n. 1, p. 79-100, 2015a.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Mudanças de renda no Brasil: fatores espaciais, setoriais, educacionais e de *status* social. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 3, p. 749-772, 2015b.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Classe social, território e desigualdade de saúde no Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 27, n. 2, p. 556-572, 2018.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Divisões de gênero, posição socioeconômica e desigualdade de saúde no Brasil. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2, n. 25, p. 161-187, 2019a. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/243766>.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Origem de classe e destino ao topo social no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 7, n. 16, p. 82-104, 2019b. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/492>.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Origem de classe e chances de vida no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, v. 51, n. 1, p. 249-290, 2020a. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.36517/rbs.51.1.a02>.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Desigualdades e interações de classe social na saúde no Brasil. **Dados**, v. 63, n. 1, p. 1-46, 2020b. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/001152582020203>.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Origem de classe, gênero e transmissão das desigualdades no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, n. 107, p. 1-28, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/3610711/2021>.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Desigualdade racial na transmissão intergeracional da herança de classe social. **Sociologias**, v. 24, n. 59, p. 328-360, 2022. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/15174522-112756>.

GANZEBOOM, H. B. G.; DE GRAAF, P. M.; TREIMAN, D. J. A standard international socio-economic index of occupational status. **Social Science Research**, v. 21, n. 1, p. 1-56, 1992.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GOLDTHORPE, J. H. Social class and the differentiation of employment contracts. *In*: GOLDTHORPE, J. H. (Ed.). **On sociology: numbers, narratives, and the integration of research and theory**. Nova York: Oxford University Press, 2000. p. 206-229.

GOLDTHORPE, J. H. Analyzing social inequality: a critique of two recent contributions from economics and epidemiology. **European Sociological Review**, v. 26, n. 6, p. 731-744, 2010.

GOLDTHORPE, J. H.; MCKNIGHT, A. The economic basis of social class. *In*: MORGAN, S. L.; GRUSKY, D. B.; FIELDS, G. S. (Ed.). **Mobility and inequality: frontiers of research in sociology and economics**. Stanford: Stanford University Press, 2006. p. 109-136.

GRANOVETTER, M. Toward a sociological theory of income differences. *In*: BERG, I. (Ed.). **Sociological perspectives on labor markets**. Nova York: Academic Press, 1981. p. 11-47.

GRUSKY, D. B.; GALESCU, G. Foundations of a neo-Durkheimian class analysis. *In*: WRIGHT, E. O. (Ed.). **Approaches to class analysis**. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 2005. p. 51-81.

GRUSKY, D. B.; KANBUR, R. Introduction: the conceptual foundations of poverty and inequality measurement. *In*: GRUSKY, D. B.; KANBUR, R. (Ed.). **Poverty and inequality**. Stanford: Stanford University Press, 2006. p. 1-29.

GRUSKY, D.; WEEDEN, K. Are there social classes? An empirical test of the sociologist's favorite concept. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE THE MANY DIMENSIONS OF POVERTY, 2005, Brasília, Distrito Federal. **Anais...** Brasília: UNDP/ONU, 2005.

HÄLLSTEN, M. The class-origin wage gap: heterogeneity in education and variations across market segments. **The British Journal of Sociology**, v. 64, n. 4, p. 662-690, 2013.

HAUSER, R. M.; WARREN, J. R. Socioeconomic indexes of occupational status: a review, update, and critique. **Sociological Methodology**, v. 27, p. 177-298, 1997.

MITNIK, P. A.; CUMBERWORTH, E. Measuring social class with changing occupational classifications: reliability, competing measurement strategies, and the 1970-1980 U.S. Classification Divide. **Sociological Methods & Research**, v. 50, n. 1, p. 265-309, 2021.

PARKIN, F. (Ed.). **Class inequality and political order: social stratification in capitalist and communist societies**. Nova York: Praeger, 1975.



RIDGEWAY, C. L. Why status matters for inequality. **American Sociological Review**, v. 79, n. 1, p. 1-16, 2014.

ROEMER, J. E. (Ed.). **Free to lose**: an introduction to Marxist economic philosophy. Cambridge, Estados Unidos: Harvard University Press, 1988.

ROSE, D.; HARRISON, E. (Ed.). **Social class in Europe**: an introduction to the European socio-economic classification. Londres: Routledge, 2010.

SCOTT, J. Social class and stratification in late modernity. **Acta Sociologica**, v. 45, n. 1, p. 23-35, 2002.

SØRENSEN, A. B.; KALLEBERG, A. L. An outline of a theory of the matching of persons to jobs. *In*: BERG, I. (Ed.). **Sociological perspectives on labor markets**. Nova York: Academic Press, 1981. p. 49-74.

SOUZA, P. H. G. F. de. **Os efeitos das desigualdades regionais sobre a desigualdade interpessoal no Brasil, nos Estados Unidos e no México**. Rio de Janeiro: Ipea, nov. 2013. (Texto para Discussão, n. 1897).

TILLY, C. (Ed.). **Durable inequality**. Berkeley: University of California Press, 1998.

TILLY, C. Historical perspectives on inequality. *In*: ROMERO, M.; MARGOLIS, E. (Ed.). **The Blackwell Companion to social inequalities**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2005. p. 15-30.

TILLY, C.; TILLY, C. (Ed.). **Work under capitalism**. Boulder: Westview Press, 1998.

TORCHE, F. Intergenerational mobility at the top of the educational distribution. **Sociology of Education**, v. 91, n. 4, p. 266-289, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0038040718801812>.

WESTERGAARD, J. (Ed.). **Who gets what?** The hardening of class inequality in the late twentieth century. Cambridge, Reino Unido: Polity Press, 1995.

WILLIAMS, R. Generalized ordered logit/partial proportional odds models for ordinal dependent variables. **The Stata Journal**, v. 6, n. 1, p. 58-82, 2006.

WRIGHT, E. O. (Ed.). **Class structure and income determination**. Nova York: Academic Press, 1979.

WRIGHT, E. O. Rethinking, once again, the concept of class structure. *In*: WRIGHT, E. O. *et al.* (Ed.). **The debate on classes**. Londres: Verso Books, 1989. p. 269-348.

WRIGHT, E. O. (Ed.). **Class counts**: comparative studies in class analysis. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 1997.

WRIGHT, E. O. Foundations of a neo-Marxist class analysis. *In*: WRIGHT, E. O. (Ed.). **Approaches to class analysis**. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 2005. p. 4-30.

WRIGHT, E. O. Logics of class analysis. *In*: LAREAU, A.; CONLEY, D. (Ed.). **Social class: how does it work?** Nova York: Russell Sage Foundation, 2008. p. 329-349.

WRIGHT, E. O. Understanding class: towards an integrated analytical approach. **New Left Review**, v. 60, p. 101-116, 2009.

